



**Cabo Verde e UE assinam Acordo** - Cabo Verde e a União Europeia assinaram, em outubro, um acordo destinado a combater a pobreza e a promover o crescimento económico. Ao abrigo deste acordo, Cabo Verde receberá, até 2020, 50 milhões €, oriundos do XI Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). [Pag 2](#)

**UE assina acordos com países africanos para travar a imigração** - Com vista a travar os fluxos migratórios oriundos de África para a Europa, a UE está a desenvolver uma nova estratégia que visa, com a assinatura de acordos com os países de origem desses imigrantes, travar essas saídas. [Pag 3](#)

**África do Sul abandona o TPI** - A África do Sul anunciou, a 21 de outubro, que vai abandonar o Tribunal Penal Internacional (TPI), decisão esta que já foi oficialmente comunicada ao Secretário-geral da ONU. Apesar de ter sido tomada agora, esta decisão, como prevêem os estatutos do TPI, só terá efeitos dentro de um ano. [Pag 3/4](#)

**Cimeira da CPLP no Brasil** - A XI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP decorreu entre os dias 31 de outubro e 1 de novembro em Brasília. Este encontro decorreu num momento em que vários países da CPLP enfrentam problemas internos, como é o caso do Brasil, que motivou inclusivamente o adiamento da Cimeira de junho para esta data, a Guiné Bissau, que continua a enfrentar instabilidade política e Angola, Moçambique e a Guiné Equatorial que enfrentam problemas económicos. [Pag 5](#)

**França Termina Operação Sangaris na RCA** - A França anunciou a 31 de outubro que terminava a sua intervenção na República Centro-Africana (RCA) à luz da operação Sangaris. Apesar de retirar 2.000 efetivos militares do país, a França já anunciou que 350 soldados franceses permanecerão na RCA em apoio à missão das Nações Unidas, a MINUSCA. [Pag 6](#)

**Fórum Turquia-África** - Realizou-se em Istambul, nos dias 2 e 3 de novembro, a terceira reunião do Fórum Turquia-África. O grande objetivo deste encontro foi o de aprofundar as relações de cooperação entre a Turquia e os países africanos. As relações entre as duas partes conheceram um forte impulso após a II reunião deste Fórum que teve lugar em 2014 em Malabo, na Guiné Equatorial. [Pag 6/7](#)

**FMI Apresenta Relatório sobre a África Subsariana** - O Fundo Monetário Internacional (FMI) apresentou em finais de outubro o seu relatório sobre as economias africanas e as perspetivas de evolução para o futuro relativos à África subsariana. [Pag 7](#)

**Novo Governo Guineense** - O Presidente da Guiné-Bissau, José Mário Vaz, demitiu, a 15 de novembro, o governo liderado por Baciro Djá com o argumento que o executivo não tinha sido capaz de aprovar no Parlamento o programa de governo e o orçamento geral do estado. [Pag 8](#)

**Conferência de Doadores para a RCA** - Realizou-se em Bruxelas, a 17 de novembro, uma conferência internacional de doadores para a reconstrução da República Centro-Africana (RCA). Estiveram presentes representantes de 80 países, organizações e agências internacionais, tendo havido a promessa de avultadas verbas para apoiar as autoridades de Bangui a reconstruir o país. [Pag 9](#)

**As Alterações Climáticas em África** - Decorreu em Marraquexe, em novembro, a 22.ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP22), cujo principal objetivo era o de encontrar um consenso entre os representantes dos 200 países sobre as medidas que devem ser implementadas para concretizar o primeiro grande acordo mundial contra o aquecimento global. [Pag 10](#)

**Ofensiva Diplomática Marroquina** - O governo marroquino está a levar a cabo uma intensa campanha diplomática em África com o objetivo de obter novos apoios para a questão do Sara Ocidental. Essa campanha passa, nomeadamente, por alterar a sua posição em relação à União Africana (UA). [Pag 11](#)



## Cabo Verde e UE Assinam Acordo

■ Luís Castelo Branco

Cabo Verde e a União Europeia assinaram, em outubro, um acordo destinado a combater a pobreza e a promover o crescimento económico. Ao abrigo deste acordo, Cabo Verde receberá, até 2020, 50 milhões €, oriundos do XI Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).

Este acordo, que foi assinado pelo Comissário da Cooperação Internacional e Desenvolvimento, Neven Mimica, e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, Luís Filipe Tavares, irá, igualmente, reforçar a Parceria Especial que existe entre a UE e Cabo Verde, nomeadamente, dando especial atenção à execução do Plano de Ação de Segurança e Estabilidade de Cabo Verde.

Esta Parceria, entre Cabo Verde e a UE, foi criada em 2007 e representa uma abordagem política que ultrapassa a mera relação de dador-beneficiário e responde, assim, a outros interesses comuns em matéria de segurança e desenvolvimento. A criação desta Parceria inscreve-se no contexto da aplicação do Acordo de Cotonu, o qual foi assinado entre a UE e os países ACP (África-Caribe-Pacífico) em 2000.

A Parceria Especial contempla as seguintes 6 áreas de ação prioritárias chamadas Pilares<sup>1</sup>:

### Boa governação

Neste pilar é dada especial atenção à consolidação e ao aprofundamento da democracia, do Estado de direito e da participação da sociedade civil na vida política do país, bem como ao reforço do diálogo político e da cooperação, em especial em matéria de democracia e de direitos humanos.

Será prestada uma atenção redobrada aos direitos das crianças e das mulheres, à integração dos imigrantes e à luta contra a violência doméstica, ao sector da justiça e à sua reforma, incluindo a luta contra a corrupção.

Também será dada especial atenção à reforma das finanças públicas, bem como na reforma e no reforço das capacidades da administração pública, nomeadamente, no domínio estatístico, à prossecução das iniciativas destinadas a melhorar o quadro empresarial, a governação no domínio social e a boa gestão dos recursos naturais.

### Segurança/estabilidade

Este pilar abrange, principalmente, as seguintes vertentes: a segurança e a luta contra a criminalidade organizada transnacional (cooperação no âmbito da luta contra o terrorismo, o tráfico de seres humanos e o tráfico de migrantes, o tráfico ilegal de droga e de armas e o branqueamento de capitais), promovendo o respeito pelos direitos humanos; a gestão eficaz dos fluxos migratórios, incluindo a melhoria da contribuição da diáspora cabo-verdiana para o desenvolvimento do país (remessas dos emigrantes), e a luta contra os fluxos ilegais; a segurança marítima.

### Integração regional

Este pilar engloba 2 eixos:

Ao nível das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia (RUP) a integração do espaço da Macaronésia, engloba, para além de Cabo Verde, os Açores, a Madeira e as Canárias, com o objetivo de melhorar a sua estrutura e aumentar o seu dinamismo e competitividade;

Ao nível da África Ocidental, pretende-se acompanhar a integração de Cabo Verde na África Ocidental, nomeadamente na CEDEAO. Um dos objetivos é promover o reconhecimento das características específicas de Cabo Verde no âmbito do Acordo de Parceria Económica (APE) entre a UE e aquela organização regional. Apoiar, igualmente, Cabo Verde na implementação dos Programas Indicativos Regionais (PIR) do FED para a África Ocidental.

### Convergência técnica e normativa

Neste pilar procura-se uma convergência de políticas em matéria técnica e normativa, de modo a facilitar a aproximação às normas da UE e tirar partido das vantagens comparativas de Cabo Verde com vista ao seu desenvolvimento.

### Sociedade do conhecimento

Este pilar atribui prioridade ao desenvolvimento económico, social e cultural, nomeadamente através da educação, da investigação, e da apropriação/desenvolvimento das tecnologias da informação.

Luta contra a pobreza e desenvolvimento

Esta componente contribui, nomeadamente, para apoiar os programas do Governo de Cabo Verde no âmbito do seu Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP).

<sup>1</sup> Parceria Especial UE – Cabo Verde.

[http://eeas.europa.eu/delegations/cape\\_verde/eu\\_cape\\_verde/political\\_relations/patnership\\_eu\\_cape\\_verde/index\\_pt.htm](http://eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/eu_cape_verde/political_relations/patnership_eu_cape_verde/index_pt.htm)



## UE Assina Acordos com Países Africanos para Travar a Imigração

Com vista a travar os fluxos migratórios oriundos de África para a Europa, a UE está a desenvolver uma nova estratégia que visa, com o apoio dos países de origem desses imigrantes, travar essas saídas.

A estratégia passa por assinar acordos com vários países africanos com vista a que estes controlem melhor as suas fronteiras e aceitem os seus nacionais de volta. Em contrapartida, a UE irá financiar estes países para que possam melhorar a sua capacidade de controlo das fronteiras e criem oportunidades que permitam fixar as populações através do desenvolvimento das economias locais.

A estratégia utilizada pela UE é semelhante à que foi posta em prática com a Turquia, origem de mais de um milhão de imigrantes que chegaram à Europa no ano passado.

Só este ano, e até outubro, chegaram à Europa cerca de 120 mil imigrantes oriundos de diversos países africanos que procuram uma vida melhor face à ausência de oportunidades nos seus países de origem.

Nesta primeira fase da nova estratégia, os países africanos selecionados foram a Nigéria, o Níger, o Mali, o Senegal e a Etiópia, que a troco de apoios financeiros destinados a promover o comércio, a educação e o emprego local, se comprometem a um controlo mais eficaz das suas fronteiras. Um dos grandes objetivos é que as autoridades destes países consigam travar as redes ilegais que se dedicam ao transporte de imigrantes.

No contexto dos países africanos selecionados, as diferenças são grandes. A Nigéria possui uma estrutura de segurança que lhe permite ser mais eficaz no controlo das redes de tráfico de seres humanos do que o Níger, país não tanto de destino dos imigrantes, mas mais de trânsito e que possui uma estrutura estatal muito débil.

A ideia é que os apoios financeiros a transferir para estes países, sejam de tal modo importantes para as economias locais, que permitam provocar uma cooperação efetiva por parte das respetivas autoridades.

Paralelamente, a UE pretende adotar medidas sancionatórias para com aqueles países que não se mostrem disponíveis para cooperar com a UE, o que poderá passar pela redução dos apoios comunitários. Embora se pretenda adotar esta posição, não faltaram vozes

a criticar este efeito intimidatório que a UE pretende utilizar como mecanismo de pressão nas negociações.

À partida, esta estratégia da UE tem um enorme ponto fraco ao não incluir a Líbia, origem de grande parte dos imigrantes que estão a chegar à Europa. A falta de uma autoridade efetiva que controle o território líbio, permite que seja utilizado pelas redes de traficantes como país de passagem preferido na rota para a Europa. A decisão de não incluir a Líbia, neste primeiro conjunto de países, fica a dever-se, precisamente, à falta de uma autoridade reconhecida com efetivo controlo do território com quem se pudesse negociar.

## África do Sul Abandona o TPI

A África do Sul anunciou, a 21 de outubro, que vai abandonar o Tribunal Penal Internacional (TPI), decisão esta que já foi oficialmente comunicada ao Secretário-geral da ONU. Apesar de ter sido tomada agora, esta decisão, como prevêm os estatutos do TPI, só terá efeitos dentro de um ano.

Esta decisão do governo sul-africano está diretamente relacionada com a controversa visita ao país do Presidente sudanês Omar al-Bashir em 2015, durante a realização da Cimeira da União Africana na África do Sul.

Nessa ocasião, o TPI pediu às autoridades sul-africanas que detivessem o Presidente Omar al-Bashir com base no mandato de captura emitido pelo TPI, em 2009, devido a crimes de guerra cometidos na região sudanesa do Darfur que terão provocado a morte a 300 mil pessoas e a fuga de mais de 2 milhões de pessoas da região.

Apesar deste pedido do TPI, o governo de Pretória autorizou o Presidente sudanês a abandonar o país alegando que, enquanto Presidente de um estado membro da União Africana, Omar al-Bashir gozava de imunidade diplomática.



Na sequência desta decisão, o governo de Pretória já anunciou que apresentará, ao parlamento sul-africano, um projeto de lei para revogar todas as leis aprovadas para aplicar no país o Tratado de Roma, documento que estabeleceu o TPI.

Internamente, esta decisão do governo sul-africano não foi consensual. O principal partido da oposição, a Aliança Democrática manifestou-se totalmente contra esta decisão, afirmando que era irracional e mostrava um profundo desrespeito pelo Estado de direito no seio do ANC, o partido no poder.

No âmbito das organizações da sociedade civil, nomeadamente a Human Rights Watch, esta decisão e Pretória foi condenada tanto mais vinda de um país que foi considerado um exemplo devido ao papel de Nelson Mandela.

Ao anunciar a sua decisão, o executivo sul-africano criticou o TPI, afirmando que este Tribunal, desde a sua criação em 2003, tem sido muito subjetivo nos casos que escolhe, visando, particularmente, o continente africano, referindo que nove em cada dez investigações do TPI envolvem africanos.

A retirada da África do Sul do TPI foi anunciada poucos dias depois do Presidente do Burundi, Pierre Nkurunziza, ter ratificado a lei aprovada pelo Parlamento de Bujumbura para a saída do país do TPI.

A decisão de saída do Burundi está associada à onda de violência que o país conheceu o ano passado quando o Presidente Nkurunziza anunciou a sua decisão de se candidatar a um terceiro mandato, indo contra o que estava estabelecido na Constituição do país. A repressão que as autoridades levaram a cabo contra os manifestantes foram duramente criticadas pela comunidade internacional.

O TPI abriu uma investigação preliminar às acusações de mortes, prisões, tortura, contra o Presidente Nkurunziza e os seus apoiantes. Idênticas acusações foram feitas pela ONU, o que levou o regime de Bujumbura a expulsar do país os investigadores das Nações Unidas.

Estas saídas são mais um revés para o TPI que tem lutado contra a falta de cooperação de vários países, incluindo dos Estados Unidos, que assinaram o acordo, mas nunca o ratificaram.

Até à saída do Burundi e da África do Sul, o TPI tinha 124 membros, dos quais 34 são africanos. Curioso é constatar que, no início, o TPI era muito apoiado pelos países africanos, fruto, em parte, pelo facto de ter sido criado como resposta aos massacres no Ruanda em 1994 e às guerras nos anos 90 nos Balcãs.

Esta decisão sul-africana, pelo peso e prestígio que o país tem no continente africano e como membro fundador do TPI, pode provocar um efeito de bola de neve com outros países africanos a ponderarem tomar idêntica posição, como é o caso da Namíbia, do Uganda e do Quênia.

No caso do Quênia, a onda de violência que o país conheceu a seguir às eleições de 2007 foi provocada, segundo o TPI, por ordem do Presidente Uhuru Kenyatta e do seu Vice-Presidente William Ruto. Estas acusações fizeram com que o TPI investigasse estes dois políticos quenianos. O processo só não terá continuado por alegadas manobras que intimidaram as testemunhas e fizeram desaparecer provas.

A 26 de outubro foi a Gâmbia quem anunciou também a sua retirada do TPI. Os argumentos foram semelhantes aos utilizados pelos outros países. Para além das queixas relacionadas com a subjetividade dos processos investigados pelo TPI, o governo gambiano também utilizou o argumento de que o Tribunal se terá recusado a iniciar uma investigação contra o antigo Primeiro-Ministro britânico, Tony Blair, pelo seu papel no início da guerra do Iraque.

A Gâmbia também tentou, sem êxito, convencer o TPI a processar os países da União Europeia pela morte de migrantes africanos que atravessam o Mediterrâneo para chegar à Europa.

No caso da Gâmbia não deixa de ser curiosa esta decisão, se tivermos em conta que atual Procuradora Geral do TPI é a antiga Ministra da Justiça do país, Fatou Bensouda, e que a sua eleição contou com o envolvimento ativo e empenhado do governo de Banjul.



# Cimeira da CPLP no Brasil

A XI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP decorreu entre os dias 31 de outubro e 1 de novembro em Brasília.

Este encontro decorreu num momento em que vários países da CPLP enfrentam problemas internos, como é o caso do Brasil, que motivou inclusivamente o adiamento da Cimeira de junho para esta data, a Guiné Bissau, que continua a enfrentar instabilidade política e Angola, Moçambique e a Guiné Equatorial que enfrentam problemas económicos.

Paralelamente, o encontro também marcou o fim do mandato do Secretário Executivo Murade Muragy e a sua substituição pela são-tomense Maria do Carmo Trovoada, num processo que criou alguma tensão dentro da CPLP uma vez que seria a vez de Portugal a indicar o nome do novo Secretário Executivo.

Porém, a eventual existência de uma regra não escrita de que Portugal, enquanto país que detém a sede da CPLP, se devia abster de nomear um Secretário Executivo, levou a que vários países se opusessem contra uma nomeação portuguesa.

A questão ficou ultrapassada com a decisão de ser São Tomé e Príncipe a indicar um nome para os dois primeiros anos do mandato e Portugal a indicar um candidato para os últimos dois anos, ou seja, de 2019 a 2020.

Maria do Carmo Silveira é antiga Primeira-ministra de São Tomé e Príncipe e era, até assumir o cargo na CPLP, Governadora do Banco Central do seu país.

A Cimeira também ficou marcada pela eleição do Presidente brasileiro, Michel Temer, para o cargo de Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, para os próximos dois anos.

Nesta Cimeira foram adotados varias decisões que ficaram expressas na Declaração de Brasília<sup>2</sup>:

Foram aprovadas as orientações expressas na Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026) que pretende ser o documento enquadrador da organização para os próximos anos e onde se defende a continuação do

aprofundamento da concertação político-diplomática, a cooperação em todas as áreas e a promoção e difusão da Língua Portuguesa no mundo, de modo a fortalecer a organização e a sua presença junto aos cidadãos dos Estados-Membros e junto à comunidade internacional;

Todos os países saudaram a eleição de António Guterres para o cargo de Secretário-geral da ONU, numa evidente prova da importância e força do bloco lusófono;

Congratularem-se igualmente com as eleições de vários cidadãos dos estados membros para diversos cargos internacionais no âmbito do sistema das Nações Unidas e que contaram como apoio dos Estados membros da CPLP;

Foi aprovado a concessão da categoria de Observador Associado da CPLP à Hungria, à República Checa, à República Eslovaca e à República Oriental do Uruguai, cuja adesão à CPLP representa o interesse que a Organização desperta a nível mundial;

Os mandatos de Georgina de Mello, como Diretora Geral da CPLP, e de Marisa Guião de Mendonça, como Diretora Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, foram renovados.

Uma das questões que suscitou mais interesse nesta Cimeira foi a possibilidade de se avançar no processo de criar as condições para a mobilidade e a circulação no espaço da CPLP, considerando que tal passo constitui um instrumento essencial para o aprofundamento da Comunidade e a progressiva construção de uma cidadania da CPLP.

Apesar de este objetivo ser uma ambição de todos, a verdade é que a sua concretização terá que ter em conta as realidades e os compromissos internacionais. Neste contexto, é de assinalar a decisão do governo santomense de isentar de vistos todos os cidadãos dos Estados-Membros para estadas de um período de até 15 dias.

Uma outra questão debatida foi a da necessidade de reforçar o português como língua internacional. Para tal é necessário apoiar os Estados membros onde o ensino do português é mais frágil, nomeadamente na Guiné Equatorial.

O ambicioso objetivo de conseguir que o português seja língua oficial da ONU mantém-se como uma prioridade e passará a contar com o apoio do futuro Secretário-geral da ONU.

<sup>2</sup> Documentos da Cimeira de Brasília  
<http://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=46696M=NewsV26PID=10872>



## França Termina Operação Sangaris na RCA

A França anunciou a 31 de outubro que terminava a sua intervenção na República Centro-Africana (RCA) à luz da operação Sangaris.

Apesar de retirar 2.000 efetivos militares do país, a França já anunciou que 350 soldados franceses permanecerão na RCA em apoio à missão das Nações Unidas, a MINUSCA.

Apesar de contar com mais de 10.000 efetivos no terreno, a MINUSCA não tem sido capaz de controlar e desarmar as várias milícias que operam no país, pelo que a saída dos franceses não deixava de levantar algum receio em relação a uma deterioração da situação e segurança no país.

Paralelamente, as forças da ONU têm sido acusadas de nada fazerem para travar os combates entre grupos rivais e de também estarem envolvidas em acusações de abusos sexuais sobre a população.

O exército da RCA é ainda considerado muito fraco e claramente incapaz de controlar a situação e conflitualidade que se vive na RCA. Perante isto, a população não acredita que as forças da ONU sejam capazes, ou estejam dispostas, a correr grandes riscos para controlar a situação.

A operação Sangaris teve início a 5 de dezembro de 2013 e representou a sétima intervenção militar francesa na RCA desde que este país ascendeu à independência em 1960.

A origem da operação Sangaris remonta a 2012 quando o então Presidente da RCA, Francis Bozizé pediu ajuda internacional, nomeadamente à França, com vista a travar o avanço militar do grupo rebelde Séleka.

Em março de 2013, o grupo Séleka, conotado com movimentos islâmicos, derrubou o governo de Bozizé, passando o seu líder, Michel Djotodia, a assumir a liderança do país. Pouco tempo depois o país viu-se envolvido num conflito civil entre os apoiantes do Séleka e grupos cristãos conhecidos como os anti-balaka.

Foi neste contexto de guerra civil que a França, com o apoio das Nações Unidas, se envolveu na situação na RCA. O grande objetivo era o de travar os combates, desarmar as várias milícias e reforçar o papel do estado central. No entanto, os franceses retiram-se, passando o mandato para a força da ONU, sem que a situação esteja, efetivamente, controlada.

## Fórum Turquia-África

Realizou-se em Istambul, nos dias 2 e 3 de novembro, a terceira reunião do Fórum Turquia-África. O grande objetivo deste encontro foi o de aprofundar as relações de cooperação entre a Turquia e os países africanos. As relações entre as duas partes conheceram um forte impulso após a II reunião deste Fórum que teve lugar em 2014 em Malabo, na Guiné Equatorial.

Atualmente, a Turquia tem relações de cooperação com 39 países africanos, quando em 2003 eram apenas 23, sendo que o objetivo do governo turco é, não só aprofundar estas relações, como alargá-las a mais países africanos.

A Turquia pretende utilizar a sua capacidade económica, atualmente a economia turca é a 16ª potência económica mundial e 6ª europeia, para alavancar apoios políticos em África e incrementar deste modo a sua influência no continente africano.

O objetivo de aumentar as relações com África foi decidido pelo governo turco em 1998<sup>3</sup>. Mas o grande impulso surgiu em 2003 com a aprovação da Estratégia de Promoção Económica e Comercial, o que lhe tem permitido aumentar consideravelmente a sua presença em África.

O ano de 2005 foi considerado o Ano de África na Turquia e, nesse mesmo ano, o país foi admitido como observador na União Africana. Em 2008, durante a Xª Cimeira da União Africana, a Turquia foi considerada um parceiro estratégico do continente africano. Também nesse ano, se realizou a Cimeira de Cooperação Turquia-África que reuniu 49 países africanos.

O aumento do interesse turco por África também se traduz pelo aumento do número de embaixadas em países africanos, neste momento são 39 quando em 2009 eram apenas 12. Paralelamente, 32 países africanos têm atualmente Embaixada em Ancara.

A Turquia tem representações comerciais em 26 países africanos e 15 delegações da Agência Turca de Cooperação e Coordenação (TIKA) funcionam em países africanos. A Turkish Airlines voa para 48 destinos em 31 países africanos.

<sup>2</sup> Turkey-Africa Relations  
<http://www.mfa.gov.tr/turkey-africa-relations.en.mfa>



## FMI Apresenta Relatório sobre a África Subariana

Em termos comerciais, o volume de trocas entre os países africanos e a Turquia atingiu, em 2015, 19,5 mil milhões de USD, o que representa 2,3% do total do comércio africano. Ao nível do investimento direto estrangeiro turco em África este atingiu os 6 mil milhões de USD em 2015.

Ao nível da cooperação para o desenvolvimento, a Turquia, através da TIKA, tem vindo a assumir-se como um importante parceiro dos países africanos. Em 2014 a Turquia contabilizou 383 MUSD como ajuda pública ao desenvolvimento (APD).

Destaca-se o apoio que concede na área da educação, nomeadamente através da concessão de bolsas de estudo e capacitação técnica.

Na área da segurança, através de contribuições financeiras e humanas para diversas missões de paz das Nações Unidas, nomeadamente, a MONUSCO, na RDC; a MINUSMA, no Mali; a MINUSCA, na República Centro-africana; a UNAMID, no Darfur, a UNMISS, no Sudão do Sul; a UNOCI, na Costa do Marfim e a UNMIL na Libéria.

Simultaneamente, a Turquia também tem oferecido apoio na formação das diversas polícias nacionais e forças de segurança de diversos países.

O apoio turco também se destaca na área da saúde, tendo sido assinados 20 acordos de cooperação com países africanos destinados a fornecer apoio médico, quer diretamente, quer indiretamente através de ONG turcas ligadas a este setor.

Para além de apoio nos diversos países africanos, quer através da presença de pessoal médico, quer através da realização de missões de especialistas médicos, a Turquia também apoiado com um programa de evacuações médicas para os casos mais graves.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) apresentou em finais de outubro o seu relatório sobre as economias africanas e as perspetivas de evolução para o futuro relativos à África subsariana<sup>4</sup>.

Em termos globais, este Relatório refere que se registou um menor crescimento na África subsariana em 2016, a rondar os 1,5%, taxa esta que representa o valor mais baixo registado desde inícios dos anos 90. Este fraco crescimento económico é ainda mais preocupante se tivermos em conta o facto de a população africana continuar a crescer a um ritmo elevado.

Analisando os países por grupos, constata-se que aqueles que não são produtores de petróleo têm conseguido um crescimento económico superior devido a esta baixa desta matéria-prima. Perante isto, países como a Costa do Marfim, Etiópia, Quênia e Senegal, têm apostado numa estratégia de melhoria do ambiente de negócios de modernização das suas infraestruturas. Este conjunto de países têm sabido aproveitar a conjuntura favorável e prevê-se que continuem a crescer à roda dos 6% ao ano.

Os países produtores de petróleo, como a Nigéria e Angola, têm enfrentado sérios problemas económicos com a baixa de preços deste bem, principal fonte de financiamento dos respetivos orçamentos.

Outros países dependentes da exportação de matérias-primas, como a África do Sul, República Democrática do Congo, Gana, Zâmbia e Zimbabwe, também têm sofrido devido à desvalorização das suas exportações.

Perante este contexto global em África, o FMI prevê que o continente africano venha a crescer à volta dos 3% em 2017, embora esta previsão esteja sujeita à oscilação dos preços das matérias-primas, às condições de financiamento internacional, às condições climáticas e à evolução da situação de segurança em várias regiões de África.



<sup>4</sup> IMF, Regional Economic Outlook Sub-Saharan Africa, October 2016.



## Novo Governo Guineense

O Presidente da Guiné-Bissau, José Mário Vaz, demitiu, a 15 de novembro, o Governo liderado por Baciro Djá com o argumento que o executivo não tinha sido capaz de aprovar no Parlamento o programa de governo e o orçamento geral do estado.

O Presidente guineense considerou, ainda, que o Governo de Baciro Djá não foi capaz de ultrapassar o bloqueio que se assiste no Parlamento, onde os dois principais partidos, PAIGC e PRS, não conseguem encontrar uma solução de estabilidade para o país.

Após esta decisão, e no intuito de cumprir o Acordo de Conacri com vista a encontrar uma solução para a crise política no país, o Presidente José Mário Vaz, ouviu os vários partidos políticos com assento parlamentar com vista nomear um novo primeiro-ministro, que liderará o quinto governo da Guiné Bissau no espaço de menos de dois anos.

Perante esta situação, o Presidente guineense decidiu cumprir aquilo que ficou estipulado no Acordo de Conacri, assinado no passado mês de setembro, no qual ficou definido que a atual crise política teria que ser ultrapassada com a nomeação de um novo governo e um Primeiro-Ministro que fosse figura de consenso entre os partidos representados no Parlamento e que tenha ainda a confiança do chefe do Estado.

Nesta fase, havia dos três nomes iniciais, já só restavam duas possibilidades, uma vez que João Fádia se afastou deste processo. A escolha poderia recair sobre o General na reserva, Umaro Sissoco, considerado um homem de confiança do Presidente, e Augusto Olivais, o preferido do PAIGC.

A 18 de novembro, o Presidente José Mário Vaz nomeou Umaro Sissoco Embaló como Primeiro-Ministro do país com a missão de formar um governo de consenso e unidade nacional.

O PAIGC, que preferia que tivesse sido nomeado Augusto Olivais, criticou, de imediato, a escolha do Presidente guineense, afirmando que esta nomeação é a continuação da crise política no país. O PAIGC afirmou, igualmente, que não está disposto a participar neste novo governo, o que deixa antever a continuação da crise política.

Perante este impasse no político no país, a sociedade civil guineense começou a manifestar o seu descontentamento através de manifestações lideradas pelo Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados contra a crise política.

Perante mais esta crise política que tem paralisado o país, a grande dúvida que surgia era qual seria a posição dos militares, tendo em conta a longa tradição de intervenção destes na política do país. Porém, o Chefe das Forças Armadas da Guiné-Bissau, General Biaguê Nan Tan, referiu, claramente, que não existia qualquer possibilidade de os militares promoverem um golpe de Estado semelhante ao ocorrido em 2012, reafirmando a obediência do poder militar ao Presidente da República.



## Conferência de Doadores para a RCA

Realizou-se em Bruxelas, a 17 de novembro, uma conferência internacional de doadores para a reconstrução da República Centro-Africana (RCA). Estiveram presentes representantes de 80 países, organizações e agências internacionais, tendo havido a promessa de avultadas verbas para apoiar as autoridades de Bangui a reconstruir o país.

A RCA viu-se envolvida num conflito interno em 2013 quando os rebeldes muçulmanos Séléka derrubaram o Governo do Presidente François Bozizé. O país mergulhou depois num conflito armado de carácter inter-religioso, opondo os muçulmanos da coligação Séléka a cristãos das milícias anti-balaka. Os confrontos provocaram milhares de mortos.

Os confrontos foram controlados com a intervenção militar francesa e o posterior envio de uma missão de capacetes azuis da ONU, a Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic (MINUSCA), que serviu para separar as partes e garantir a segurança das populações.

Mais tarde, a situação melhorou, igualmente, com a eleição do Presidente Faustin-Archange Touadéra, mas a situação permanece tensa e o país continua a enfrentar uma grave crise económica e social.

Durante a conferência de doadores foram prometidos cerca de 2 mil milhões de euros para apoiar a reconstrução da República Centro-Africana. O montante faz parte de um plano de cinco anos estimado em cerca de 3 mil milhões de euros.

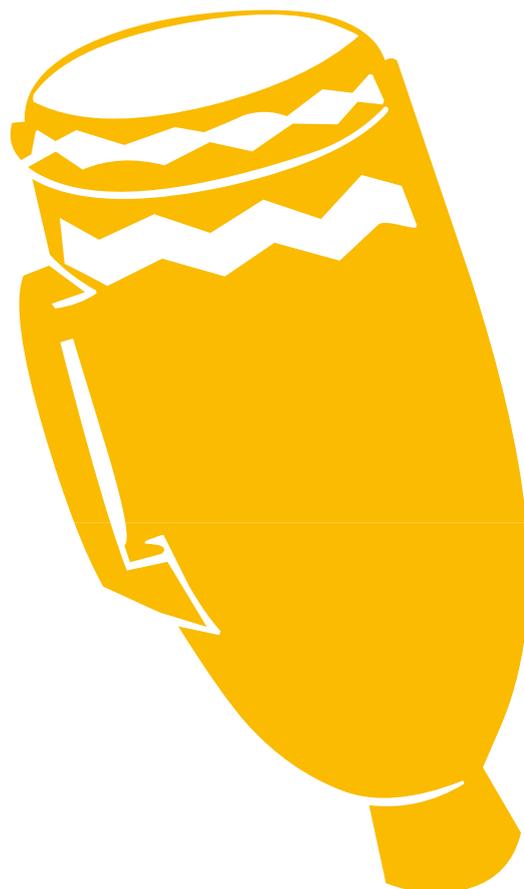
O plano que o Governo do país desenvolveu com o Conselho da UE, o Banco Mundial e as Nações Unidas tem três objetivos: alcançar a paz, a reconciliação e a segurança; restabelecer o controlo territorial do Estado e os serviços básicos, como água e educação; e a recuperação económica.

Mas, para que este apoio internacional se torne efetivo é necessário que as partes em confronto se entendam e permitam a criação de condições para que a ajuda promova a reconstrução nacional. Situações de instabilidade política poderão fazer cancelar os apoios prometidos.

Aliás, esta situação poderá ser semelhante à da Guiné Bissau que, ten-

do obtido promessas de apoios na Conferência internacional de doadores de 2015, a persistente crise política que o país vive fez cair por terra as promessas de apoio.

Outro elemento essencial para o desenvolvimento da RCA é que a MINUSCA se mantenha no terreno. Atualmente sem exército nacional, o país depende da MINUSCA para a sua segurança e para a criação das novas forças militares.





## As Alterações Climáticas em África

Decorreu em Marraquexe, em novembro, a 22.<sup>a</sup> Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP22), cujo principal objetivo era o de encontrar um consenso entre os representantes dos 200 países sobre as medidas que devem ser implementadas para concretizar o primeiro grande acordo mundial contra o aquecimento global.

As medidas a adotar devem contribuir para limitar a subida da temperatura abaixo dos 2 graus Celsius relativos à era pré-industrial e a continuar os esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5 graus Celsius.

Uma das decisões desta Conferência foi a de se encontrar meios para financiar os países em desenvolvimento em mais de 100 mil milhões de USD por ano a partir de 2020, para enfrentarem as consequências do aquecimento global.

Durante a COP 22 foi apresentado pela ONG Germanwatch o XII Índice Anual dos Riscos Climáticos<sup>5</sup> em que a situação dos países africanos é apresentada como muito vulnerável devido a situações climáticas extremas, nomeadamente, secas e inundações.

Segundo este índice, em 2015 o país mais afetado pelas alterações climáticas foi Moçambique, com 351 mortes atribuíveis aos fenómenos extremos. No ano passado, Moçambique foi atingido por graves inundações na sequência de chuvas intensas, as quais provocaram prejuízos na ordem dos 500 milhões de USD e danificaram seriamente um conjunto de infraestruturas ligadas à atividade agrícola.

Para além de Moçambique, o Índice dos Riscos Climáticos também aponta situações de riscos, associados às alterações climáticas, em Angola, Cabo Verde, e na Guiné Bissau.

## Ofensiva Diplomática Marroquina

O governo marroquino está a levar a cabo uma intensa campanha diplomática em África com o objetivo de obter novos apoios para a questão do Sara Ocidental. Essa campanha passa, nomeadamente, por alterar a sua posição em relação à União Africana (UA).

Este novo posicionamento foi bem visível no passado dia 6 de novembro quando o rei de Marrocos, Mohamed VI anunciou que o seu país pretende reocupar o seu lugar na União Africana ao mesmo tempo que pedirá a expulsão da República Árabe Saaraui Democrática (RASD). Ao regressar à UA, Marrocos pretende obter apoios suficientes entre os países africanos para conseguir que a RASD deixe de estar representada.

A reentrada de Marrocos na UA poderá acontecer já na Cimeira de janeiro de 2017. O primeiro passo foi dado em julho de 2016 durante a Cimeira da UA em Kigali, quando o rei marroquino enviou uma carta ao Presidente da UA, o chefe de Estado chadiano, Idris Déby, na qual solicitava a adesão do seu país à UA, ao mesmo tempo que defendia a saída da RASD.

Esta iniciativa de Marrocos mostrou bem a divisão que existe no seio da UA a propósito deste tema. Na cimeira de Kigali, metade dos 54 países africanos mostraram o seu apoio às intenções marroquinas.

Os países que apoiam Marrocos são: o Gabão, o Benim, o Burkina Faso, o Burundi, Cabo Verde, as Comores, o Congo Brazzaville, a Costa do Marfim, Djibuti, a Eritreia, a Gâmbia, o Gana, a Guiné Conacri, a Guiné Bissau, a Guiné Equatorial, a Libéria, a Líbia, a República Centro Africana, a República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, o Senegal, as Seychelles, Serra Leoa, a Somália, o Sudão, a Suazilândia, o Togo e a Zâmbia.

A grande quantidade de apoios que Marrocos conseguiu reunir fica a dever-se à posição do país no continente africano, onde tem fortes investimentos e concede importantes apoios a diversos países nas mais variadas áreas.

Se a adesão de Marrocos à UA parece ser um facto consumado, pois apenas necessita de uma maioria simples dentro da organização, o seu segundo objetivo, o da expulsão da RASD da organização, será mais complicado. Para obter os seus intentos, Mar-

<sup>5</sup> Global Climate Risk Index 2017.  
<https://germanwatch.org/en/download/16411.pdf>



rocos precisaria de convencer, pelo menos, 36 estados africanos a alterar os estatutos da organização.

Face a estas intenções marroquinas, a Frente POLISARIO conta com importantes apoios dentro da UA para evitar que a RASD seja expulsa da UA. Os principais apoios sarauís são a Argélia, tradicional apoiante da Frente POLISARIO, a Nigéria e a África do Sul.

A saída de Marrocos da UA deu-se em 1984, quando 26 países africanos, liderados pela Argélia, apoiaram a entrada do Sara Ocidental através da recém-criada RASD na organização. Para Marrocos, que ocupou o Sara Ocidental em 1975 através da Marcha Verde, o território é parte integrante do país, considerando que esta zona faz parte das províncias do sul do país.

Apesar de estar fora da UA, a verdade é que Marrocos sempre fez questão de acompanhar de muito perto os trabalhos desta organização, tendo obtido apoio dos seus aliados africanos para se manter a par da evolução dos acontecimentos.

No campo diplomático a situação mantém-se no impasse. Desde que foi decretado um cessar-fogo em 1991 as partes não chegam a um acordo sobre a celebração de um referendo para decidir o futuro do território.

Se, no início, Marrocos aceitava este referendo, desde que incluísse todos aqueles que vivem no Sara Ocidental, o que lhe permitia incluir os mais de 300 mil marroquinos que participaram na Marcha Verde, agora defende apenas a concessão de uma ampla autonomia do Sara, mas dentro de Marrocos.

A Frente Polisário defendia que apenas deveriam participar no referendo aqueles que habitavam o território antes da invasão marroquina e os seus descendentes.

Segundo a Frente Polisário uma das razões que explica este impasse é o apoio que tanto os EUA como a França dão a Marrocos no seio da ONU. Para estes dois países ocidentais, Marrocos é um aliado precioso no combate ao terrorismo e à expansão do radicalismo islâmico. Por esse motivo, têm todo o interesse em apoiar as pretensões marroquina sobre o Sara Ocidental.

Esta posição norte-americana e francesa explica que não tenham criticado às crescentes violações das forças de segurança marroquinas que, por diversas ocasiões, cruzaram as linhas de separação determinadas pela Missão das Nações Unidas no Sara Ocidental (MINURSO).

Esta ofensiva diplomática de Marrocos, apoiada pelos seus aliados africanos, foi já bem visível durante a IV Cimeira África - Mundo Árabe que decorreu na Guiné Equatorial a 23 de novembro.

A cimeira África - Mundo Árabe, foi uma coorganização da União Africana e da Liga Árabe, e analisou entre outros temas o Desenvolvimento Político, Terrorismo, Desenvolvimento Financeiro, Agrícola e Segurança Alimentar, bem como o Fundo de Intervenção contra as Calamidades e Imigração.

Durante esta cimeira, Marrocos e outros países árabes e africanos abandonaram os trabalhos em protesto contra a presença duma delegação da Frente Polisário em representação da RASD.





FUNDAÇÃO  
PORTUGAL  
ÁFRICA

## **OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA**

Boletim da Fundação Portugal África

## **FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA**

Rua de Serralves  
191 - 4150-706 Porto  
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11  
E-mail: [geral@portugalafrica.pt](mailto:geral@portugalafrica.pt)  
[www.portugalafrica.pt](http://www.portugalafrica.pt)

## **Ficha Técnica**

### **Responsáveis pela edição**

J. A. Azeredo Lopes  
Luís Castelo Branco

### **Conceito Gráfico e Paginação**

Porta de Comunicação

### **Tiragem**

500 exemplares

### **Impressão**

Gutengráfica  
Depósito Legal: 223325/05